

**AS PRAÇAS PÚBLICAS EM SEU VALOR DE USO: espaços de
coabitação humana plena, para além de somente nós da rede urbana –
análise em Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil**

Rafael de Souza Guedes*

Resumo

O presente artigo busca trazer ao debate sobre urbanização o conceito de coabitação qualitativa das cidades por todos que nela residem, com recorte específico sobre as praças públicas enquanto espaços de vivências múltiplas (encontros, lazer e trocas de experiências entre pessoas), expondo a essência do seu valor de uso para além do conceito sobre estas de serem somente nós da rede urbana (pontos de ligação dos fluxos da circulação de pessoas).

Inicialmente foi abordado como as praças públicas surgiram no tempo histórico, e suas transformações ao longo do tempo. Esta contextualização fundamenta-se principalmente no livro “O direito a cidade” de Henri Lefebvre (2001). Na sequência, são expostas informações sobre a influência dos processos de industrialização e globalização na refuncionalização das praças e espaços públicos. A análise das problemáticas em suas transformações tem embasamento em autores como Milton Santos e Zygmunt Bauman.

Antes da investigação empírica realizada em sete espaços públicos da cidade de Juiz de Fora, há algumas considerações sobre a importância de ordenamentos territoriais bem planejados e, finalmente, a conclusão sobre a perspectiva do valor de uso das praças públicas, enquanto espaços de fluxos e/ou de coabitação humana qualitativa.

Palavras-chave: Coabitação; Praças Públicas; Valor de Uso; Fluxos.

* Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), atualmente mestrando no curso “Território, População e Estatísticas Públicas” da Escola Nacional de Ciências Estatísticas/RJ (ENCE). Endereço Postal: Rua César Turati, 80 – apartamento 102, Bairro Bairro, CEP: 36050-130, Juiz de Fora – MG. Correio eletrônico: rafaelbaiano15@yahoo.com.br

Abstract

This article seeks to bring for the debate about urbanization, the concept of qualitative cohabitation of cities for all who live in it, with specific cut of public squares as spaces of multiple experiences (meetings, recreation and sharing of experiences between people), exposing the essence of its value in use beyond the concept of these, being only nodes the urban network (connection points of the circulation flows of people).

Initially it was approached as public squares emerged in historical time and their changes over time. This historical context is mainly based on the book "The right to the city" of Henri Lefebvre (2001). Following are exposed information about the influence of industrialization and globalization in refunctionalization of squares and public spaces. The analysis of the problems in their transformations is based on authors such as Milton Santos and Zygmunt Bauman.

Before the empirical research conducted in seven public spaces in the city of Juiz de Fora, there are some considerations about the importance of well-planned territorial systems and, finally, the conclusion on the use value of the perspective of public squares, while space flows and / or qualitative human cohabitation.

Keywords: Cohabitation; Public Squares; Use Value; Flows.

Introdução:

Ao longo de toda a história os espaços vêm sendo transformados pelos humanos e, na contemporaneidade ainda o são, só que agora o principal vetor destes processos é o sistema social capitalista de produção (sistema adotado em muitos países, inclusive no Brasil) que busca incessantemente novos mercados consumidores e transforma os espaços a seu gosto: “A acumulação de capital ocorria num contexto geográfico, criando tipos específicos de estruturas geográficas”. (MARX *apud* HARVEY, 2001, p. 43). Estes mercados por suas vezes necessariamente devem apresentar fácil acessibilidade aos produtos e/ou aos consumidores que por ali vão circular, ou seja, demanda-se existência de uma rede, de uma malha conectiva entre lugares, capaz de suprir estas movimentações (pontes, meios de transportes, redes de comunicação).

O geógrafo Milton Santos diferencia as redes em dois grandes eixos: quanto a seu aspecto material (infraestrutura) e outro que contém quesitos sociais e políticos (pessoas, mensagens e valores presentes). Seja de qualquer conceito que se trabalhe, a essência destas

seria principalmente a ligação, e no caso das redes urbanas, “a polarização de pontos de atração e difusão” (BAKIS *apud* SANTOS, 2006, p. 177). Trazendo tal análise para nosso debate, aquilo que Santos chamou de suportes (ou pontos) das redes num território sob o qual os homens dominam e transformam as forças naturais, nós consideramos como sinônimo dos espaços públicos polarizadores e difusores (por exemplo, praças públicas). Nesse contexto urbano observam-se as modificações históricas de distintos espaços/praças públicas ao redor do mundo, sejam mudanças em sua forma, em suas funções ou estruturas definidas por processos intencionais de quem os transforma (SANTOS, 2006).

1. Praças públicas: origem histórica

No dicionário Michaelis Online (1998-2009) uma das definições de praça é lugar público. A *Ágora* da Grécia antiga precedeu o que hoje concebemos como praça pública. Era um espaço aberto situado na *Pólis* (cidade política) onde a democracia direta era exercida. Com o passar do tempo o surgimento do comércio rompeu com esta estrutura central da *Ágora* dado então que o “Mercado Público” e as formas sociais que ali aconteciam passaram determinar a urbanidade, um lugar novo para o eixo central das relações sociais modificadas (LEFEBVRE *apud* ARAÚJO, 2012). Para ilustrar a transformação espacial do local conhecido por *Ágora* vale o breve comentário, mas atual, de Henri Lefebvre: “Os monumentos e os lugares (ágora, acrópole) que permitem encontrar a Grécia Antiga não representam mais do que um local de peregrinação estética e de consumo turístico” (LEFEBVRE, 2001, p. 10).

Apesar da quebra morfológica da arquitetura destas praças naquele momento a função de integração e sociabilidade, das reuniões características que ali ocorriam, permaneceu acontecendo porque o fenômeno de trocas ainda incipiente não alterava o valor de uso do tempo de trabalho e conseqüentemente não afetava as expressões sociais humanas pré-existentes. Henri Lefebvre (2001, p. 12) destaca tal quadro contraditório que se criou e que posteriormente passaria a ser intrínseco ao contexto das cidades industriais:

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra

vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro).

Ao longo do tempo com a evolução das práticas comerciais e a acumulação de riquezas por parte dos comerciantes têm-se as bases do processo da industrialização. Tal fenômeno pauta-se pela produção para consumo em massa e generalização das relações pautadas no valor de troca (produtos com valor comercial pré-fixados que minam o valor de uso do tempo de trabalho). Daí então as novas cidades industriais passam a negar a estrutura social preexistente nas cidades, porque a cidade enquanto obra foi sobreposta pela cidade enquanto produto. Além disto, negam a urbanidade já que esta reside no valor de uso e na apropriação do tempo e do espaço das pessoas (LEFEBVRE *apud* ARAÚJO, 2012).

Ao abordar a evolução espacial nas sociedades pós-modernas contemporâneas, Santos (2006, p. 181) afirma que:

Como, no processo global da produção, a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita, os fluxos se tornam mais importantes ainda para a explicação de uma determinada situação. O próprio padrão geográfico é definido pela circulação, já que esta, mais numerosa, mais densa e mais extensa, detém o comando das mudanças de valor no espaço.

Quanto ao projeto morfológico das praças, que até meados do século XVIII estava restrito ao entorno dos palácios europeus, vindo somente a se expandir no século seguinte. “Foi somente no século XIX, que o desenho das praças entrou em cena, preconizado pelo trabalho de profissionais como Frederick Law Olmsted (projetou o Central Park de Nova Iorque)” (VIERO; BARBOSA FILHO, 2009, p. 1).

Independentemente da escala geográfica em que se encontrem as diferentes praças ao redor do mundo é importante relativizar a concepção morfológica e funcional destes espaços públicos existentes com o modelo das cidades contemporâneas globalizadas e pós-industriais.

2. Cidades pós-industriais e globalizadas

2.1. Alguns rebatimentos da industrialização sobre o contexto social das cidades

No período pós-revolução industrial o tempo e espaço dos indivíduos foi, em parte, apropriado para suprir a necessidade da produção capitalista, com o tempo de dedicação e horários exigidos pelo trabalho assalariado tomando a maior parte do tempo dos sujeitos, e os espaços por sua vez sendo reformados ou refuncionalizados com vistas a sanar,

principalmente, o fluxo das pessoas envolvidas na produção. O esvaziamento dos costumes e hábitos característicos das comunidades devido às alterações da relação com o espaço-tempo atingiu em cheio os simbolismos e subjetividades humanas, transformando, por exemplo, grandes festividades culturais em comércio puro (LEFEBVRE *apud* ARAÚJO, 2012).

O fundamento teórico para Lefebvre (1991) que justifica este quadro são as atuais mediações que ocorrem na cidade entre os níveis superior e inferior. O poder dos agentes econômicos e dos Estados nacionais flui numa escala global, muitíssimo ampla, e na morfologia prática sensível das cidades se instalam através das empresas, bancos, órgãos federais, dentre outros. Estes entes privilegiados impõem estratégias de controle da circulação e vigilância da totalidade do sistema social, definindo o que para o filósofo francês é conhecido por “Sociedade Burocrática de Consumo Dirigido” (LEFEBVRE, 1991).

O que acontece no quadro econômico, político e social reverbera para a vida cotidiana das sociedades, sendo que variados casos de refuncionalização de praças públicas via Estado é permeado de intencionalidades destes agentes privilegiados. Devido a tais intencionalidades há distinção entre um espaço público central com maior fluxo do que aqueles isolados, conforme destaca Angelis (*apud* YOKOO; CHIES, 2009, p. 7): “as praças localizadas no centro costumam receber maiores e melhores tratos, enquanto que as periféricas são relegadas, se não ao abandono completo, a um estado de penúria”. Esta distinção criadora de segregação-espacial é fruto de uma ótica da cidade enquanto produto na qual à ideologia de massificação do consumo e transformação de tudo e qualquer coisa em mercadoria subordina também a si a cidade e a realidade urbana transformando-as (LEFEBVRE, 2001). Se mudarmos o foco e considerarmos a cidade e a urbanidade enquanto obras, com valor de uso, quaisquer praças públicas por mais periféricas que sejam ganhariam a legitimidade sobre o motivo pelo qual existem que são as reuniões de pessoas, os diálogos, as diversões, as datas festivas, enfim. Acerca da penetração de agentes privilegiados através de grandes corporações que impõem normas e regulação social, Lefebvre (2001, p. 14) afirmou o seguinte:

Cada organização corporativa entra num conjunto orgânico; o sistema corporativo regulamenta a divisão dos atos e das atividades no espaço urbano (ruas e bairros) e no tempo urbano (honorários e festas). Este conjunto tende a se fixar numa estrutura imóvel. Disso resulta que a industrialização pressupõe a ruptura desse sistema urbano preexistente; ele implica a desestruturação das estruturas estabelecidas.

2.2. Algumas reverberações da globalização sobre o cotidiano dos indivíduos em seus espaços de vivências

De fato a globalização é um processo que atinge diferentes sociedades em distintos

lugares ao redor do mundo. Só que seus rebatimentos não são uniformes para todos os seres e isto acontece devido a propagação de um mito erigido sobre um enorme fluxo de informações que fortemente difunde a ideologia de aldeia global criando a sensação nas pessoas de que as distâncias estão cada vez mais encurtadas como se o mundo lhes estivesse ao alcance das mãos (SANTOS, 2001). Mas, para o geógrafo brasileiro não existe homogeneidade no que se refere aos territórios e seus subespaços visualizados globalmente, numa ótica da totalidade, portanto as diferenças espaciais desconstruem o mito (SANTOS, 2006). De fato como anteriormente citado neste estudo as redes geográficas estão cada vez mais amplas o que para Santos (2006) se deve graças e, paralelamente, ao avanço da civilização material. Porém, os progressos científicos e tecnológicos, presididos pelas telecomunicações e computadores não foram globalmente capazes abarcar globalmente os indivíduos, vide comentário: “Os objetos existentes não são todos perfeitos e os objetos perfeitos não são distribuídos de forma homogênea no planeta; e as normas não são todas universais nem o seu alcance geográfico é igual. A informação também se dá segundo diferentes escalas” (SANTOS, 2006, p. 187).

Zygmunt Bauman (1999), em seus estudos sobre a *Globalização: as consequências humanas*, destacou que enquanto alguns indivíduos graças a liberdade de movimentos espaciais se tornam de fato seres globais outros tantos sujeitos diante do quadro social contemporâneo se fixam/são fixados em sua localidade. Nestes termos, ser alguém local (na maioria do tempo tendo a liberdade de movimentos restrita a limites locais, as vezes atingindo um espaço escalar regional e muito raramente, para não diz nunca, espaços públicos nacionais) em um mundo globalizado, é sinal de privação e degradação social. Se a vida dos indivíduos “globais” é recheada de locomoções no espaço à seu próprio gosto e aquele fluxo de informações que recheiam o imaginário de todas as pessoas suscitam-lhes desejo de terem o mesmo estilo de vida, porém sem êxito, sobra para os seres “fixos” em muitos casos indignação, frustração e repulsa a uma vida de imobilidade.

Essa desconexão da ideologia contraditória de comunidade global propagada com os espaços físicos causa o isolamento das localidades periféricas dadas às condições desiguais em que vivem os sujeitos nas cidades sócio-espacialmente segregadas, porque para algumas pessoas, as não segregadas, tal processo de isolamento dos periféricos se traduz em segurança social. Isto só aumenta a crença de que territórios desconhecidos e distantes devam ser cada vez mais isolados, porém, pelo contrário a exclusão territorial fatalmente gera a violência.

Não deveria haver qualquer problema social em ser um sujeito pertencente ao espaço local, caso o projeto urbanístico das cidades o englobasse plenamente, porém o sentido de aprisionamento territorial em um espaço que cada vez mais perde seus significados e

impossibilita plenitude de vivências destas populações transforma a questão, para Bauman (1999, p. 22):

Os espaços públicos — ágoras e fóruns nas suas várias manifestações, lugares onde se estabelecem agendas, onde assuntos privados se tornam públicos, onde opiniões são formadas, testadas e confirmadas, onde se passam julgamentos e vereditos — tais espaços seguiram as elites, soltando-se de suas âncoras locais; são os primeiros a se desterritorializar e mudar para bem além do alcance da capacidade comunicativa meramente de *wetware* de qualquer localidade e seus habitantes. Longe de serem viveiros de comunidades, as populações locais são mais parecidas com feixes frouxos de extremidades soltas.

3. Breves considerações sobre o ordenamento territorial urbanístico

O processo de seletividade espacial contribui para restringir o acesso aos moradores centrais ou em alguns casos para quem pode pagar a espaços públicos de qualidade. Em contrapartida um novo paradigma urbano é proposto, que qualifique a ocupação via agregação de funções urbanas, e no caso das praças públicas que possibilite o preenchimento do conceito lefebviano de “habitar”, ou seja, da coabitação humana plena – interação social de qualidade através de espaços de uso coletivos vivos (SOUZA; AWAD, 2012).

No que tange as praças públicas, seriam as praças mais periféricas nós cegos da malha urbana enquanto catalisadores culturais, vazias de subjetividades e falta de laços entre os “vizinhos estranhos” de um determinado local? Depende, de fato, da concepção de cidade que se quer, da abordagem que se tem ao pensar a ciência das cidades e as urbanidades nelas presentes, e das intencionalidades que se têm ao se transformar estes espaços. Se a sociedade permitir a polarização das transformações espaciais somente em áreas da “*downtown*”, em detrimento de espaços das comunidades locais, a exclusão social se perpetuará. Porém, dando foco as necessidades sociais dos indivíduos e elencando possibilitar momentos de conexão entre pessoas, pode-se refuncionalizar uma praça pública instalando, por exemplo, uma ou mais quadras de esportes, mesas de jogos (dama, xadrez, pingue-pongue etc.), mesas e cadeiras para encontros e bate-papos, áreas de lazer, academias de ginástica ao ar-livre, ciclovias, banheiros e bebedouros para melhor comodidade dos frequentadores, plantas e flores para embelezar e trazer maior bem-estar, enfim, toda esta estrutura – somatório de formas materiais sob as quais as pessoas dão vida, conforme atesta Sônia Fleury (2014, p. 2): “Se a configuração geográfica diz respeito a um conjunto de objetos geográficos, ou formas, distribuídos em um território, a ação social remete a processos, ou funções, que só ganham

inteira significação quando corporificados”. Além da instalação, essencial é a manutenção constante destes equipamentos.

Estas “formas” (todos os equipamentos acima citadas) se relativizados com o pensamento de Milton Santos (2001) podem fazer parte de um sistema (qualquer praça pública) que foi deflagrado por um conjunto de técnicas operacionalizadas, e que graças as ações que ali se desencadearão, dadas as novas formas suscitarem novos momentos, possam permitir uma nova história dessas populações locais. Neste estudo aqui proposto, com fundamentos em Lefebvre (2001) onde o direito a cidade é o direito a vida urbana, ao conceituarmos o termo “coabitação plena”, estamos afirmando que o valor de uso das praças para local de encontro propõe ampla priorização das manifestações sociais dos indivíduos (expressões=urbano) e isto para o filósofo francês só é possível através da inserção qualitativa do tempo dos sujeitos no espaço (base morfológica) o qual, portanto, são apropriados (usufruto, não posse) plenamente (espaço/tempo) pelos sujeitos.

Tais “novos momentos”, dialogando com Milton Santos (2006, p. 93-94), dizem respeito a criação de novas possibilidades, circunscritas em um espaço específico (uma praça bem planejada, por exemplo):

Se consideramos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. O lugar é o depositário final, obrigatório, do evento. Segundo Eddington, um evento é “um instante do tempo e um ponto do espaço”. Na verdade trata-se de um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço. Eddington (1968, p. 186) nos fala de ponto evento como o conceito mais elementar numa teoria da natureza que leve em conta a relatividade. Um evento, para Eddington (p. 45), é exatamente “um ponto nesse espaço-tempo”, “um dado instante em um dado lugar”. [...] Os eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço.

A emancipação urbana dos sujeitos, que passa obrigatoriamente pelo usufruto dos espaços públicos, só poderá acontecer a medida que as praças públicas ofereçam condições para tal.

4. Visitas de campo

4.1. Identificação do valor de uso de espaços/praças públicas na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais

Durante os anos de 2014/2015 realizei algumas visitas a espaços públicos na cidade de Juiz de Fora/MG. A cidade se localiza na porção sudeste do Estado de Minas Gerais, na tradicionalmente conhecida região da Zona da Mata Mineira e até o ano de 2010 possuía 516.247 habitantes residentes (IBGE, 2010).

Em 22 de fevereiro de 2015 Juiz de Fora possuía oficialmente 138 praças públicas, conforme dados da Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanização (EMPAV) apresentados em uma reportagem da emissora de televisão TV Alterosa, que além de visitas a várias praças públicas também entrevistou o atual diretor presidente da empresa José Eduardo Araújo. Além disto, há uma enorme quantidade de espaços públicos que não se configuram enquanto praça, mas ainda sim são espaços públicos que agregam pessoas, podendo possibilitar possível coabitação plena dos cidadãos (LEFEBVRE, 2001), ou como pontos polarizadores, de “atração e difusão” (SANTOS, 2006).

Dois destes espaços visitados se localizam na região Leste, um no bairro Marumbi e outro no Progresso. Outro espaço na região Nordeste (bairro Parque Independência) outros dois na região Sul (no bairro Bela Aurora), outro no bairro Cascatinha (Sudoeste) e por fim um espaço na região Norte (bairro Benfica).



Figuras 1 e 2. Espaço urbano vazio, com ponto de ônibus ao fundo (Figura 2)

Fonte: Acervo pessoal.

No bairro Marumbi, na esquina das ruas Barão do Retiro e Joaquim Marques Coimbra, anteriormente ao ano de 2014 havia um espaço com um ponto de ônibus somente e nenhuma outra estrutura morfológica que lhe caracteriza-se enquanto praça, dado que ali não havia bancos ou quaisquer outros equipamentos urbanos e as pessoas de forma alguma, além de para esperarem os ônibus urbanos, ali se reuniam (vide Figuras 1 e 2). O local servia também como depósito irregular de lixo dos moradores.

Entretanto, um vereador municipal (José Márcio – PV) eleito para a legislatura (2013-2016) destinou verbas públicas através de uma emenda parlamentar para construção de uma praça no local. Durante os meses de outubro e novembro de 2014, foi construído um deck com duas mesas de xadrez, houve manutenção do antigo ponto de ônibus adicionada a instalação de abrigo (bancos cobertos para espera do ônibus), além do plantio de três coqueiros e conservação de um gramado, agregando recurso natural ao novo espaço (vide Figuras 3 e 4).



Figuras 3 e 4. Deck, abrigo no ponto de ônibus ao fundo e mesas de xadrez abaixo dos coqueiros
Fonte: Acervo pessoal.

Após a implementação destas novas formas ao espaço passou ser corriqueiro encontrar pessoas reunidas no local, usufruindo do espaço, de diferentes formas e relacionando-se. Portanto, a coabitação plena dos sujeitos naquele espaço passou ser possível, através da inserção qualitativa do tempo pessoal destes indivíduos num espaço (base morfológica = praça), pois agora então podem se apropriar plenamente do espaço-tempo (LEFEBVRE, 2001). Aquele espaço foi transformado em “território pleno de usufruto de todos que o habitam” (MENEZES, 2010, p. 3). É um espaço que, dentre outros espaços, por ser central no bairro, funciona como nó da malha urbana, ao agregar pessoas que irão utilizar o transporte público e se locomoverem pela rede viária da cidade, porém possui também funcionalidade de espaço para lazer e convivência social.

Outro espaço público visitado é conhecido por Curva do Lacet, hoje um local gramado e aberto aos transeuntes (vide Figura 5), espacialmente amplo, que não abriga variados equipamentos urbanos, mas somente um ponto de ônibus.



Figura 5. **Amplo gramado com abrigo de ponto de ônibus, à direita**
Fonte: Google (2015a).

Este espaço localiza-se no bairro Cascatinha e passou por grandes transformações nos últimos anos. Antes do ano de 2008 havia no local um campo de futebol, popularmente conhecido como Campo da Curva do Lacet, que sempre foi bastante utilizado por moradores vizinhos e também por moradores de toda a cidade visto que, por exemplo, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – Juiz de Fora, ou o supermercado Bahamas, dentre outros, historicamente o utilizavam para abrigar as competições futebolísticas que organizavam. Além deste, havia brinquedos para crianças, e uma lanchonete no local.

Porém durante o processo de construção do empreendimento Independência Shopping, inaugurado em 22/04/2008, novo projeto arquitetônico foi elaborado para o local, transformando-o em um imenso gramado, sem quaisquer equipamentos para lazer de possíveis frequentadores do local. A época esta transformação foi um processo emblemático, muito discutido por vários segmentos da sociedade juizforana, moradores vizinhos, movimentos sociais, dentre outros. Por exemplo, a análise proposta pela professora doutora Maria Lúcia Pires Menezes (2010), do Laboratório de Territorialidades Urbano-Regionais (LATUR) da Universidade Federal de Juiz de Fora, em seu trabalho *Espaços de vida e resistências: lutas frente à expropriação do espaço comunitário*, onde apontou existir um processo de “higienização” ao redor do Shopping e segregação sócio-espacial do bairro Dom Bosco. Este bairro, a área de construção do Shopping e a Curva do Lacet, segundo o Plano

Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora (JUIZ DE FORA, 2000), pertencem à região de planejamento polarizada pelo bairro Cascatinha e está localizado numa das regiões mais valorizadas da cidade. Segundo classificação do Plano Diretor (2000) o Dom Bosco está enquadrado dentre as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) ou conforme o Atlas Social de Juiz de Fora, também citado por Menezes (2010), o bairro é considerado micro-área de exclusão.

O “processo de retirada das estruturas coletivas e comunitárias” (MENEZES, 2010) que alterou a estrutura anteriormente existente acabou ocasionando à perda do “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001) para os que se apropriavam (usufruto) do antigo espaço público:

A população local vem sofrendo várias perdas de estruturas comunitárias como: o campo de futebol – única área de lazer do bairro, localizado em espaço público, expropriado para desterritorializar a população local exatamente em frente ao Shopping (MENEZES, 2010 p. 2).

No novo local somente foi instalado um ponto de ônibus o que relativizado com Harvey (2006) onde, segundo este autor, o sistema capitalista essencialmente expansivo demanda sempre adequação de espaços a seus objetivos, fomentado pela lógica de apropriação dos espaços para aumentar a eficiência do tempo na circulação ou de pessoas, ou de mercadorias, de informações ou, no caso do Shopping, de clientes que a ele se dirigirão. Esta “racionalização geográfica” contribui para melhor desempenho do sistema de fluxos no local (HARVEY, 2006) dado a concepção do espaço como mediação da reprodução das relações de produção por meio da materialização de novos fixos que orientarão novos fluxos (MENEZES, 2010).

Entretanto, em sentido contrário, um dos vetores de resistência, que atualmente está em curso é um Projeto de Lei elaborado por outro vereador municipal, Jucélio Maria (Partido Socialista Brasileiro – PSB), também eleito para o mandato 2013-2016. Seguem informações retiradas da página oficial do vereador no Facebook:

O projeto de lei do Vereador Jucelio Maria (PSB) visa instituir a "Política de Ocupação Cultural das Praças Públicas. O PL pretende incentivar a ocupação das praças públicas por meio das produções culturais local. Estamos incentivando duas questões chaves de nossa cidade: a cultura e o espaço público. É preciso que as pessoas se integrem à cidade e ocupem os espaços, e a melhor forma disso é o incentivo à cultura local (MARIA, 2015).

Foi também elaborado um projeto arquitetônico para o local (vide Figura 6) e ainda está em curso o processo de realização ou não deste empreendimento, conforme as

informações a seguir:

Após solicitação do vereador Jucelio Maria (PSB), o deputado federal Júlio Delgado (PSB) destinou mais uma emenda de R\$250.000,00 para o projeto que pretende recuperar a antiga Curva do Lacet, a partir da criação de um espaço público com área verde, equipamentos esportivos e culturais. A primeira emenda, também no valor de 250.000,00, já está empenhada aguardando a aprovação do projeto estrutural pela Caixa Econômica, que contemplará a primeira etapa da obra. A segunda emenda tem como objetivo equipar o espaço com aparelhos esportivos e culturais (MARIA, 2015).



Figura 6. Foto panorâmica da Curva do Lacet, amplo gramado
Fonte: Google (2015a).



Figura 7. Espaço público, bairro Progresso
Fonte: Google (2015a).

Há praças também que atualmente se encontram deterioradas pela ação do tempo e necessitem talvez, além da manutenção diária, de uma reforma geral. É o que nos parece o

caso do espaço público visitado, localizado na rua Vitar Maria de Oliveira, bairro Progresso (Figura 7). No local há um campo de futebol, quadra de esportes, salas atrás da quadra atualmente sem funcionalidades para o espaço público em si além de mesas e bancos (sendo que há bancos quebrados). Caso contrário a população tende a não frequentar o local visto que o local remete aos “espaços livres, haja vista, nos dias de hoje serem vistas pela maioria das pessoas como espaços abandonados, de mendicância, ponto de drogas, e até mesmo de prostituição” (YOKOO; CHIES, 2009).

Há ainda outros espaços, vazios, os quais alguns moradores locais reivindicam ações do poder público para implantação de praças. São áreas, segundo moradores, de posse do município as quais os representantes das associações de moradores com quem nos encontramos relataram terem tentado por várias vezes junto aos órgãos públicos municipais a instalação de áreas de lazer para a comunidade local. Nota-se, desta forma, o senso de coletividade no que se refere aos espaços públicos em questão, para os entrevistados, espaços de coabitação onde os moradores podem desfrutar de convívio e socialização plenos. No bairro Bela Aurora, região Sul, há dois destes espaços vazios urbanos, o primeiro na Figura 8.



Figura 8. Espaço na rua Pedro Casteglioni
Fonte: Google (2015a).

E o segundo espaço, compreendido entre as ruas Francisco Gonçalves Mariano e José Cláudio de Souza (vide Figura 9). Nota-se que os próprios moradores já construíram bancos além de terem cultivado algumas árvores frutíferas.



Figura 9. Acima, à direita, os bancos construídos pelos moradores
 Fonte: Google (2015b).

Já no bairro Parque Independência, região Nordeste, a situação de um espaço vazio urbano (vide Figura 10) também se repete, tendo a representante da associação de moradores que nos recebeu também relatado a necessidade por projetos de lazer para a comunidade local. Naquele espaço já existe uma construção desativada, ou seja, uma forma que pode ser refuncionalizada ou até mesmo resgatada uma vez que o prédio construído teria sido num momento histórico passado, segundo relatos da moradora, sede da associação de moradores do bairro. Assim como os moradores do bairro Bela Aurora, ela também afirmou que a posse do local é da Prefeitura Municipal.



Figura 10. Espaço vazio na rua Raimundo Cravo
Fonte: Google (2015a).

Por fim, o caso do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) da Zona Norte de Juiz de Fora, a praça CEU. A construção de CEU faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – fase 2 (PAC2), tendo este programa sido criado no ano de 2011 com vistas a execução de obras, dentre outras, de infra-estrutura social e urbana de modo a fomentar o desenvolvimento do país, com seu intuito estratégico, em síntese, de contribuir para o aumento da qualidade de vida nas cidades brasileiras.

O *site* do Ministério da Cultura (BRASIL, 2015) informa que os CEU são equipamentos urbanos que englobam em um mesmo espaço múltiplas atividades com intuito da promoção da cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social. A gestão dos CEU é de responsabilidade das prefeituras em parcerias com as comunidades, através da criação de um Grupo Gestor (com participação da sociedade civil e poder público local), e o Ministério da Cultura por sua vez fica a cargo da realização de um amplo mapeamento sociocultural dos Territórios de Vivências, onde serão instalados os equipamentos. São previstos três tipos de projetos arquitetônicos para terrenos com dimensões mínimas de 700 m², 3.000 m² e 7.000m² e há ainda nos editais, previsão de verbas para mobilização social no valor de R\$ 21.950,00, dado a ativação social comunitária em torno do projeto, pré-requisito para formação do grupo gestor e implantação da CEU (BRASIL, 2015).

No dia 15 de março de 2015, foi inaugurado um CEU em Juiz de Fora. A obra foi fruto da parceria entre o Governo Federal e a Prefeitura de Juiz de Fora e em seu financiamento foram investidos R\$ 4.450.534,28, sendo R\$ 3,5 milhões repassados pela União e o restante pela Prefeitura. O espaço será mantido pelo executivo municipal e

coordenado pela Funalfa (Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage) responsável pela política cultural da cidade (TRIBUNA DE MINAS, 2015).

O CEU juizforano está localizado na Avenida Juscelino Kubitscheck, bairro Benfica, Zona Norte da cidade. As demandas por atividades específicas daquelas comunidades no entorno foram respeitadas e segundo afirmação de um representante da Funalfa:

Esse trabalho pode ser alternativa para as mazelas sociais que enfrentamos em nosso tempo. Sou confiante que o CEU pode apresentar um novo desenho de vida para as pessoas, um desenho que elas não tenham, ainda, consciência que podem viver. E isso pode refletir na mudança do comportamento social, instalado na sociedade como um todo (JUIZ DE FORA, 2015).

O Centro da zona norte é um equipamento urbano que engloba programas, ações culturais, práticas esportivas e de lazer, cursos de formação e qualificação para o mercado de trabalho, políticas de prevenção a violência e cursos de inclusão digital. O espaço vai oferecer oficinas de teatro, hip-hop, flauta, violão, artesanato, ballet, jazz, além de aulas de futsal, vôlei, basquete, caminhada orientada (inclusive com grupos específicos para a terceira idade). Há ainda quadra poliesportiva coberta, salas multiuso, anfiteatro com capacidade para 125 pessoas, biblioteca, equipamentos de ginástica, pista de skate e também o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS-Norte) (vide Figuras 11, 12, 13 e 14).



Figuras 11, 12, 13 e 14. Centro de Artes e Esportes Unificado (CEU) de Juiz de Fora
Fonte: Matheus (2015).

Considerações finais

No caso específico de possíveis transformações de territórios no Brasil, país com grandes desigualdades territoriais e bastante segregação espacial, para que seja possível aos cidadãos o “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001) crucial repensar o foco urbano e imaginar um novo cenário onde os espaços tornem-se subordinados não estritamente ao dinheiro, mas também e principalmente a servir a coabitação plena dos indivíduos através do aumento da capacidade dos “espaços banais” (SANTOS, 2001) em lhes cumprir tal propósito. À respeito da reformulação de estrutura destes espaços banais Souza e Awad (2012) tecem notável comentário:

Nas cidades brasileiras, sustentabilidade urbana passa urgentemente pelo pilar social: alavancar a diversidade socioterritorial em nossas cidades é desafio complexo e premente para promover cidades mais equilibradas nas formas como os diversos extratos populacionais ocupam o território comum e, portanto, de todos. Uma cidade mais justa e inclusiva no uso do território urbano é desafio dos governos e também pauta de toda sociedade (SOUZA; AWAD, 2012, p. 133).

Ao balancear analiticamente a dinâmica entre território nacional e território local, Santos (2006, p. 184) elenca que a configuração nacional, através de mecanismos de poder, instala nos distintos lugares do país os conteúdos técnicos e funcionais, “deixando os lugares envelhecer ou tornando possível sua modernização”. Em síntese no mundo atual, as mudanças de valor dos lugares por vezes são brutais visto que objetos, formas e lugares são construídos para se atender ao imperativo da fluidez, seja da circulação de ideias, produtos, dentre outros, de acordo com o interesse de quem detêm enorme influência nas decisões mais importantes das sociedades atuais (SANTOS, 2006). Vale o comentário acerca das malhas urbanas modernas: “esta nova cidade metropolitana deve ser entendida como uma rede, ou um sistema, de geometria variável, articulada por nó, pontos fortes de centralidade, definidos por sua acessibilidade” (BORJA; CASTELLS *apud* SOUZA; AWAD, 2012, p. 52).

Não que fluidez e qualidade de vida sejam dicotômicas, pelo contrário, são complementares. Entretanto as sociedades podem optar por um novo paradigma urbano ao pautar pela construção das praças públicas (funcionais ao lazer) descentralizando-as nas cidades sem distinções geográficas entre bairros “centrais x periféricos”. Demanda-se que sejam espaços com máximas condições estruturais capazes de permitirem que os sujeitos desfrutem de qualidade e dignidade urbana em busca de diversão, encontros e reuniões qualitativas e, deste modo, se emancipem e sejam autônomos na criação de significados

sociais. No caso deste estudo analisando as praças públicas, transformá-las, para que sejam espaços estruturados a possibilitar o máximo de criação de laços humanos (BAUMAN, 1999) contribuindo para que as cidades criem senso de pertencimento nos entes urbanos possibilitando maior coesão social, que segundo a cientista social Sônia Fleury (2014, p. 3), “a coesão das pessoas se dá tanto pela produção social quanto pela elaboração simbólica que uma coletividade faz sobre este espaço”, espaços onde há compartilhamento de vivências.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, James Amorim. Sobre a Cidade e o Urbano em Henri Lefebvre. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 31, p. 133-142, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BRASIL, Governo Federal. *Conheça os CEUs*. Disponível em: <<http://ceus.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 28 maio 2015.
- BR MALLS. *Nossos Shoppings – Lista*. Independência Shopping. Disponível em: <http://www.brmalls.com.br/main.asp?View=%7BF5C33E0A-91C2-4E33-9473-E7EA4DC68F35%7D&Team=¶ms=itemID=%7B562D987D-170D-4B35-8840-5EE0AE7EFDB9%7D;&ServiceInstUID=%7BE1FF16F3-7049-45B5-A4AA-30AA6342FAE1%7D>. Acesso em: 21 abr. 2015.
- FLEURY, Sônia. *A cidade dos cidadãos*. Fundação Getúlio Vargas, 2014.
- GOOGLE. *Google Earth*. jun. 2015a.
- _____. *Google Maps*. jun. 2015b.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contagem da população - 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- JUIZ DE FORA. Prefeitura Municipal. *Juiz de Fora Sempre: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Funalfa, 2000.
- _____. *Prefeito inaugura Centro de Artes e Esportes Unificados da Zona Norte*. Juiz de Fora, 15 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=48951>>. Acesso em: 10 jul. 2015.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

SOUZA, Carlos Leite de; AWAD, Juliana di Cesare Marques. *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MÁRCIO, Zé. *Página oficial do vereador Engenheiro Zé Márcio no Facebook*. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/engenheirozemarcao?ref=aymt_homepage_panel>. Acesso em: 18 abr. 2015.

MARIA, Jucélio. *Página oficial do vereador Jucélio Maria no Facebook*. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/profjucelio/photos/pb.508470855833462.-2207520000.1440251214.1184524714894736/?type=3&theater>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MATHEUS, Messias. Inaugurada Praça CEU, Zona Norte. 2015. Disponível em: <<http://www.falamessias.com.br/2015/03/inaugurada-praca-ceu-zona-norte.html>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MENEZES, Maria Lucia Pires. Espaços de vida e resistências: lutas frente a expropriação do espaço comunitário. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. *Anais do...* Porto Alegre: UFRGS, 2010.

MICHAELIS. *Dicionário de Português Online*. Melhoramentos, 1998-2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=pra%E7a>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

MORAIS, Mauro. Literalmente complexo. Juiz de Fora inaugura hoje primeira Praça CEU do Sudeste do país, na Zona Norte, com o desafio de gerir um equipamento de múltiplas funções. *Tribuna de Minas*, 15 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/literalmente-complexo>>. Acesso em: 29 maio 2015.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: USP, 2006.

VIERO, Verônica Crestani; BARBOSA FILHO, Luiz Carlos. Praças Públicas: origem, conceitos e funções. In: JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO, Santa Maria. *Anais da...* Santa Maria:

ULBRA, 2009. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT1511201011414.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

YOKOO, Sandra; CHIES, Cláudia. O papel das praças públicas: estudo de caso da Praça Raposo Tavares na cidade de Maringá. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 4., Campo Mourão, 2009. *Anais do...* Campo Mourão: NUPEM, 2009. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/12_YOKOO_CHIES.pdf>. Acesso em: 27 maio 2015.